

Experiências e Lutas Sociais dos Sujeitos Católicos de Itapuranga-GO

Ismar da Silva COSTA⁴²

Desde a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga, em 1972, os católicos da Igreja do Evangelho tiveram uma militância assentada na aprendizagem desenvolvida nos Grupos de Evangelho. Discuto, neste artigo, as experiências advindas com a administração do Sindicato Rural por parte da Oposição Sindical, as tramas desenvolvidas para cumprir os desejos e anseios destes trabalhadores e as dificuldades em administrar a questão da saúde a partir da dimensão popular, bem como as pequenas experiências como a compra da vaca e a associação dos pequenos produtores, que tiveram vida curta, porém com visibilidade local e regional. Tendo como documentos as histórias de vida de três sujeitos que participaram desse período, bem como as anotações contidas num documento que intitulo como Caderno de Notas.

Para as comemorações dos dez anos do pastoreio de Dom Tomás Balduino frente à Diocese de Goiás, em 1978, foi preparado um *“Roteiro para ajudar nas celebrações dos dez anos da nossa Caminhada de Igreja de Goiás”*. Neste, a história da Igreja é contada desde o seu nascimento, passando pelo Concílio Vaticano II, pela Opção Preferencial pelos Pobres, pelas mudanças ocorridas na forma de evangelização da diocese e o 10º encontro celebra - *Para uma Igreja do Povo*. Do 5º ao 9º encontro se discutiu as transformações que a Diocese passou com a chegada do novo Bispo. A temática do 7º encontro, intitulada *A Igreja Olha Para a Realidade*, remete para a necessidade de se discutir a formação de sindicatos rurais nas regiões diocesanas.

Nesse documento os anos compreendidos de 1970 a 1971 são tidos como momentos de transição em que a igreja de Goiás busca conhecer qual é a realidade da diocese. É desse período a pesquisa realizada por Carlos Rodrigues Brandão, José de Souza Martins, Ivo Poletto, dentre outros. A pesquisa aponta uma situação crítica nas relações de trabalho entre fazendeiros e trabalhadores rurais.

A necessidade apresentada em discutir a formação sindical também é produzida por pressão advinda da presença de membros do governo na formação de sindicatos rurais na região.

Nesse período, a Igreja Católica, numa perspectiva nacional, também estava se articulando para disputar com o PCB, e as Ligas Camponesas o controle do movimento camponês no Brasil. Esse sindicalismo cristão, tendo como objetivo central o combate ao comunismo, a negação da luta de classe e a defesa da harmonia social, também trazia no seu bojo uma tendência radicalmente oposta a esta perspectiva conservadora, a Ação Popular (AP).

É nesse contexto de uma memória da militância comunista que os católicos da diocese irão, aos poucos, realizando o aprendizado político via sindicato.

O sindicato dos trabalhadores rurais em Itapuranga foi fundado dentro de um quadro da política sindical nacional que pode ser denominado “sindicalismo oficial”. Essa presença oficial do Estado, fundando sindicatos na região diocesana, representa uma preocupação oficial frente às organizações de base que estavam se iniciando, tendo a Diocese de Goiás como promotora e incentivadora.

No governo do General Arthur da Costa e Silva, os sindicatos foram obrigados a aplicar uma maior percentagem do imposto sindical na área da saúde e educação. Essa determinação da participação dos sindicatos na oferta de condições de saúde foi, ao mesmo tempo, o grande motivador para a sindicalização de novos trabalhadores como também o grande entrave para a luta política para os líderes sindicais.

No cumprimento da lei de ‘renovação sindical’ foram formados novos dirigentes sindicais, quase sempre aproveitando os interventores e trabalhadores indicados por estes. Em 1970, a

⁴² Professor dos cursos de História e Educação Física da Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, Vice-Coordenador do NIESC. Este artigo é uma versão modificada do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado intitulada: *A Caminhada do Povo de Deus: Religião e Política em Itapuranga-Go na Diocese de Goiás nos anos de 1970 a 1980*, defendida no Depto de História da UFU, na Linha de Pesquisa Política e Imaginário, sob a orientação do prof. Dr. Antônio de Almeida.

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais enviou, para a região da Diocese de Goiás, o Educador Sindical Antônio Bueno, sua tarefa era organizar sindicatos rurais nos moldes da política do Estado de Consentimento.

Antônio Bueno foi eleito presidente provisório da FETAEG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Goiás) em 28 de outubro de 1970. No entanto, por ser funcionário da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) foi impedido de ser empossado. No ano seguinte foi eleito, em 23 de janeiro de 1971, presidente da entidade. Nessa eleição a entidade patronal - a Federação da Agricultura do Estado de Goiás, marcou presença.

A primeira reunião para tratar de fundação de sindicato na Diocese de Goiás aconteceu em Itaberaí, no dia 20 de agosto de 1971, com a presença de Antônio Bueno e 600 trabalhadores rurais. Em dezembro do mesmo ano a Igreja sediou o encontro entre Antônio Bueno e as lideranças sindicais dos municípios diocesanos.

A fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga deu-se em 16 de julho de 1972, tendo como diretor da mesa de trabalho o educador sindical Antônio Ferreira Bueno. A reunião contou com a presença de 139 participantes entre meeiros, parceiros, pequenos proprietários, arrendatários, assalariados.

A partir da formação do sindicato dos trabalhadores rurais em Itapuranga, os católicos “militantes totais” da Igreja do Evangelho foram, aos poucos, se “convertendo” a mais essa “ferramenta de conscientização na Caminhada do Povo de Deus”, dentro de uma lógica dada pelo novo discurso da Igreja do Evangelho.

Compreender a importância, para os católicos de Itapuranga, de sua inserção na transformação do sindicato local, considerado pelego, numa ferramenta de conscientização do povo de Deus, do papel desempenhado pelo sindicato nas lutas e reivindicações populares por direito trabalhista, saúde, dentre outras, é compreender como essa Igreja em particular a Igreja do Evangelho em Itapuranga, incentivou a consolidação de um sujeito católico politizado dentro da “Opção Preferencial Pelos Pobres” feita por uma parcela significativa da Igreja Católica, em algumas dioceses no Brasil, em Goiás culminaria na formação da Oposição Sindical.

A participação no processo de fundação e consolidação do Sindicato, numa ferramenta de luta do povo, é pensada, pelos sujeitos que vivenciaram o período, como uma grande luta por direitos numa conjuntura totalmente adversa - em plena ditadura militar, num município administrado pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e com uma constante vigília por parte dos órgãos de repressão. Mesmo com todas as dificuldades, esses sujeitos contam suas experiências como resultante, principalmente, das discussões promovidas nos Grupos de Evangelho.

Nessa perspectiva, João Benfica, que foi eleito o primeiro presidente de oposição do Sindicato Rural de Itapuranga, nos fala do seu processo de inserção na luta sindical:

A partir de 1970 eu já era um pouco ligado a Igreja Católica e nós fomos discutindo nas reuniões. A gente foi convidado pela Igreja a participar do movimento da Igreja. Demorei um pouco até entender qual era a mensagem. A gente foi acreditando que era um ideal de movimento de uma libertação de uma sociedade muito oprimida.

Na condição de lavrador que a gente era, eu comecei a achar que isso poderia trazer mais algum interesse pro povo mais oprimido, não só religioso, mas é, assim, digamos, mais intencionado com o lado fraco. Porque as igrejas, antigamente, não ligava muito pros fracos. Então isso deu um certo ânimo pra gente entrar. A partir de que a gente foi entrando nesse movimento, a gente foi descobrindo, através das reuniões do Evangelho.

Sobre o processo de discussão sindical assim ele relata:

O movimento sindical começou em 1972. E a gente nem sabia o que era movimento sindical, sindicato, nada. A partir das reuniões foram também fazendo isso, porque o movimento sindical buscou algumas pessoas de dentro das igrejas pra poder ajudar a levar esse trabalho.

Era um negócio muito difícil, oprimido ainda pelo povo mais poderosos, como ainda é até hoje, mas hoje já existe um pouco de democracia, já é mais entendido a mensagem. A gente teve essa participação e essa participação foi valiosa.⁴³

Para Perpétua Gontijo, esse momento da fundação do sindicato é resultante das lutas travadas no campo da conscientização advinda com a nova proposta da Diocese de Goiás. Sua análise aponta para uma questão intrigante que é a forma como os fazendeiros passam a pensar a atuação da igreja como uma igreja comunista. Essa será a grande imagem a ser desconstruída pelos sujeitos católicos de Itapuranga na busca por uma ampliação do leque de alianças.

Então começou o fenômeno de trabalhadores serem expulsos da terra e muita revolta, com os fazendeiros dizendo que o sindicato era da Igreja dos comunistas. A palavra comunista era um terror. Era uma palavra que muitos não sabiam o seu significado e os que sabiam usavam realmente pra colocar medo nos trabalhadores. Mas aquela vontade dos trabalhadores de se unir fez com que se fortalecessem... e de fato, as lideranças que atuavam, eram lideranças vindas dos Grupos de Evangelho. No primeiro momento inclusive a Igreja oferecia espaço físico e tudo, assessoria política⁴⁴

Dorvalino José, tem uma inserção no movimento sindical diferente dos demais sujeitos. Ele era, na época, membro da Igreja Assembléia de Deus de Itapuranga. Nessa perspectiva, ele nos fala sobre a sua participação na construção do sindicalismo rural em Itapuranga:

Em 1970 demos entrada para criação do Sindicato, em 1972 foi a fundação, tivemos uma certa dificuldade por que na época fomos até ameaçados pelas autoridades do município. Na época nós tínhamos um delegado de polícia, Dr. Jair, era delegado de polícia da época, ameaçou, sabe, em por os trabalhadores que estavam na frente da criação do sindicato para puxar carroça na rua. Mas a gente não se intimidou, por que era um direito do trabalhador, mesmo sabendo que a gente estava debaixo daquela repressão era um caminho que dava condição de fazer reivindicação para os trabalhadores rurais, então em 1972 foi criado o movimento sindical. Dentro deste período, a gente tinha repressão de todos os lados, das autoridades, dos próprios fazendeiros, do prefeito da época, era também contra a criação do sindicato. E a Igreja Católica na época é que deu mais espaço para nós para criação do movimento sindical. Ivo Polleto era padre na época, Darci Accorsi na época era professor, que tinham mais experiência no movimento sindical, tinham vindo do Sul, onde o pessoal estava mais organizado ... Mais os trabalhadores rurais tinham medo na época da criação do sindicato, pela repressão que houve, foi com muita dificuldade que a gente recomeçou a arrebatar o pessoal pra poder participar do movimento com medo da repressão da época.⁴⁵

A experiência que nos relata o Sr. Dorvalino demonstra um nível de percepção das várias esferas envolvidas na questão: o conflito estabelecido entre o movimento sindical e o poder público municipal, em suas variadas estâncias; o perigo da repressão militar que reinava nesse momento da história do Brasil; a participação articulada de membros da Igreja Católica junto às bases e o medo de envolvimento dos trabalhadores.

Esses três sujeitos vivenciaram a criação do sindicalismo rural em Itapuranga a partir de perspectivas diferentes: Perpétua, uma professora com inserção nos trabalhos de base da Igreja de Goiás, João Benfica, então um trabalhador rural que participou das discussões iniciais dos Grupos de Evangelho e que, posteriormente, é alçado à condição de coordenador de Grupos de Evangelho, e Dorvalino José que destoa de todos os demais por ser evangélico e ter uma experiência anterior com movimento sindical.

⁴³ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 1993.

⁴⁴ Entrevista realizada em 18 de janeiro de 1993.

⁴⁵ Entrevista realizada em 22 de julho de 1995.

Voltando aos anos setenta, a luta pela tomada do sindicato como ferramenta de conscientização é discutida em Reunião da Região Urú, no dia 12 de abril de 1975, conforme o Caderno de Notas, chegando à seguinte conclusão:

Não há diferença p/a concientizar. O cristão deve usar todas as ferramentas p/a seu trabalho. Uma ferramenta completa a outra. Disperta p/a a outra. O pessoal não entende o ponto principal, união procura as duas coisas para 2º interesse. A diferença está na estrutura. As duas coisas q. tenta trabalhar de verdade leva consequência. Ambos tem liberdade de trabalhar com todas as classes. Mesmo separados ambos buscam a mesma colheita- libertação em ambos buscam juntos o cindic. Beneficia sem ligar com os direitos. A Igreja busca salvar a alma e não a vida.

Já na Reunião Regional Urú, em 06 de junho de 1975, o sindicato foi tratado como segundo ponto de pauta, sendo o primeiro a assessoria diocesana, conforme o Caderno de Notas. Assim é apontada a necessidade de, em relação ao *sindicato rural enfrentar pela raiz*. A questão posta para os participantes era: *Quais os pontos que achamos mais importante p/a tratarmos nesse encontro?* Duas conclusões apresentadas são emblemáticas das questões desenvolvidas até aqui, a tomada do sindicato e a luta por saúde nos moldes do movimento popular:

Devagar se vai longe: preparar ferramentas, planejar a derrubada em se. Ficamos ainda nas ferramentas e alargamos os planos p/a derrubar na hora certa. Temos: assembléia diocesana - machado?

Reunião das equipes regionais-foice? Reunião de assessoria e regionais - outros? Municipais e bases- outros? Cindicato: tá bem temperado? Afiar? Como? Não misturar as classes. não usar de tradições na formação de grupos - nas cidades precisa de algo concreto p/a ser um ponto comum. Como na roça que tem o próprio trabalho e o sindicato p/a se firmar.

Cindicato não tem hospital - falta união dos lavradores, uns querem ser mais que os outros. Quem trabalha na roça se vai na lei, tem que engoli porque fica sem terra. O cindicato precisa ser usado direito. Concientizar o pessoal, João 23 disse quem salva o lavrador é o lavrador. É preciso conhecer as leis, o estatuto, os direitos. A Diocese providenciar um livrinho que consta as leis que identifica mais com o sofrimento do povo. Doença terra, impostos, apoio as prostitutas.

Em reunião de 01º de janeiro de 1976, a Equipe Central chega à conclusão de que *o povo precisa tomar consciência do Sindicato. Eleições em junho, tentar formar uma chapa boa. A federação dos trabalhadores estão contra os trab. Reunir com os trab. Para ver as eleições do Sindicato*. Nesse sentido, foi organizada uma chapa de oposição, encabeçada por João Benfica e que, no entanto, não obtivera êxito.

Instaurou-se, em Itapuranga, a Oposição Sindical, que teve como compromisso político uma atuação de sindicalismo de base, onde as decisões e escolhas se deram pela base. Nessa perspectiva de luta, de movimento de base, algumas experiências foram incentivadas, tanto pelo Sindicato como pelos Grupos de Evangelho.

A fundação da Associação dos Pequenos Agricultores de Itapuranga -ASPA- que teve vida relativamente curta até ser transformada na COMIL - Cooperativa Mista dos Produtores de Itapuranga Rurais de Itapuranga e Região LTDA, em 25 de julho de 1991, foi uma dessas experiências coletiva. Duas outras experiências comunitárias são mencionadas pelos sujeitos que vivenciaram esse período, são elas: a *Sociedade da Vaca* e a *Associação da Farinha*. A Associação da Farinha não teve grande repercussão, haja vista que se juntar para “desmanchar mandioca” é/era uma atividade do cotidiano do homem da roça em Goiás, principalmente entre os pequenos proprietários.

Os sindicatos criados nesse período tinham duas metas básicas a cumprir: investir em programas de saúde e promover programas de educação para os trabalhadores rurais. Em relação à educação foi desenvolvido o projeto de Educação Popular, com início em 1981, e as primeiras experiências aconteceram nas comunidades rurais de Laranjal e Guaraita e,

posteriormente, em 1984, foram abertas turmas na cidade que funcionaram no Salão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A luta pela saúde pública em Itapuranga é marcada, inicialmente, pela reivindicação de atendimento público através do INPS e por melhorias no atendimento ao povo no Posto de Saúde daquele município. Em relação à saúde, o STRI já contava com uma unidade odontológica e um ambulatório médico que funcionavam no prédio de sua sede. Em cumprimento à lei de nº 4.214, de 02 de março de 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, no final da década de 1970, o governo federal construiu vários hospitais que ficaram conhecidos como Hospital do Funrural. (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural).

A exigência básica para a instalação da unidade hospitalar era a aquisição de um terreno para sua construção. O que o STRI conseguiu, apesar de ter que enfrentar entraves políticos com a administração municipal, e depois de três anos, foi inaugurado em 1977. Se, num primeiro momento essa conquista é comemorada com uma grande vitória dos movimentos de base, trabalhadores rurais, num segundo momento é visto como produtor de tensões e conflitos entre os sujeitos envolvidos com a luta.

Esse momento é pensado, pelos sujeitos que o vivenciou, como de dupla intencionalidade. Se por um lado representa conquista de direitos básicos, por outro, para o movimento de base, representa uma tentativa do Estado em conter a capacidade organizativa dos trabalhadores. À medida em que estes se encontravam resolvendo problemas de ordem administrativas e burocráticas não sobrava tempo para a militância propriamente política.

Criado para atender às necessidades de atendimento básico de saúde, esse programa, em Itapuranga, deflagrou um processo de aprendizagem da prática de enfrentamento político, intra e extra grupo, para os sujeitos envolvidos com a Igreja do Evangelho.

Para garantir atendimento médico aos associados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga transformou, em 22 de fevereiro de 1987, o hospital do FUNRURAL em uma Associação Popular de Saúde. Obviamente isso aconteceu com muita luta e mobilização popular.

A questão fundamental era viabilizar o funcionamento da Associação Popular de Saúde, que contava com o trabalho de uma equipe médica voltada para a medicina preventiva, com uma atuação diferenciada junto à comunidade, principalmente em referencia à fitoterapia e prevenção de doenças como a hanseníase.

O final da década de 1980 é expressivo para a consolidação da luta pela saúde para os sujeitos que estão inseridos nesse movimento. Para dar sustentação financeira à APSI, em 1987, buscou-se assinar um convênio entre esta associação e o INAMPS.

No entanto, para tal era necessário o reconhecimento de utilidade pública da Associação, o que foi negado por parte do poder público local. Como resposta, os trabalhadores organizaram uma grande manifestação que resultou na ocupação efetiva do prédio da Prefeitura em 16 de outubro de 1987. Mobilização que fora ‘oficialmente’ notificada não só ao Prefeito mas também à população em geral.

O Atestado de Utilidade Pública até foi votado pela Câmara dos Vereadores de Itapuranga, em 14 de outubro de 1987, no entanto o mesmo foi reprovado por seis votos a quatro. Resultante desse embate vários trabalhadores foram processados pela primeira-dama do município, Edna Maria Trindade.

Para nós, a luta pela saúde transformou a forma dos sujeitos em perceberem a militância política advinda com a experiência dos Grupos de Evangelho. Se, por um lado houve uma burocratização do sindicato em relação à esfera administrativa com a área de saúde, por outro produziu-se uma consciência política que seria expressa na construção e consolidação do Partido dos Trabalhadores em Itapuranga com uma identidade relacionada diretamente ao trabalho desenvolvido pela Igreja de Goiás. Sendo popularmente conhecido como “o pt do sindicato da igreja”. Mas esses são outros ‘passos na Caminhada do Povo de Deus’.